

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 865.061 - SP (2016/0038553-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : ARMANDO OLIVEIRA DE SANTANA
ADVOGADO : DINO FERRARI - SP062333
AGRAVADO : SAN SHI MANUTENCAO PREDIAL LTDA
ADVOGADO : ANDRÉ HENRIQUE GUIMARÃES SILVA - SP285333

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 544 do CPC/73), interposto por **ARMANDO OLIVEIRA DE SANTANA**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 237/239, e-STJ).

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, III, "a" e "c" do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Hipótese de reunião de processos, à consideração de causas conexas. Limites de competência entre juízes da Comarca da Capital, atuando em foros regionais distintos. Critério funcional. Prevenção daquele, que primeiro ordenou a citação. Inteligência dos artigos 103, 105, 106 e 219, do Código de Processo Civil. Recurso do autor. Desprovemento.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 215/218, e-STJ).

Na origem, a demanda versa sobre agravo de instrumento visando reformar decisão que reconheceu a conexão e declinou da competência. O Tribunal de origem negou provimento ao recurso apresentado.

Em suas razões de recurso especial, o recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 219 e 535 do CPC/73. Sustenta, em síntese, negativa de prestação jurisdicional, assim como a inexistência de conexão.

Contrarrazões (fls. 230/236, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do recurso especial, sob os seguintes fundamentos: **i)** alterar a conclusão do tribunal demandaria o reexame de fatos e provas (súmula 7/STJ); e **ii)** o dissenso jurisprudencial não foi demonstrado.

Irresignado (fls. 241/243, e-STJ), aduz o agravante que o reclamo merece trânsito, uma vez que não estariam presentes os óbices elencados pelo tribunal.

Contraminuta (fls. 245/247, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo não merece prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 1973 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. Quanto à apontada violação do artigo 535, do CPC/73, não assiste razão ao recorrente, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para o deslinde da controvérsia. (**Precedentes: AgRg no Ag 1.402.701/RS**, Rel.

Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 06.09.2011; **REsp 1.264.044/RS**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 08.09.2011; **AgRg nos EDcl no Ag 1.304.733/RS**, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 23.08.2011, DJe 31.08.2011; **AgRg no REsp 1.245.079/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 16.08.2011, DJe 19.08.2011; e **AgRg no Ag 1.407.760/RJ**, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 09.08.2011, DJe 22.08.2011).

Destaque-se, por oportuno, que a matéria apontada como omitida - **juntada de documento apto à afastar a conexão** - foi implicitamente enfrentada pela Corte local, consoante denotam os seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 202/206, e-STJ):

"**Mesma causa de pedir** (contrato de prestação de serviços), **regra de conexão, sobretudo a prevenir decisões conflitantes, recomenda reunir processos, para desfecho conjunto**, e, aqui, estando prevento o juiz, que primeiro ordenou a citação (**artigos 103, 105 e 106, do Código de Processo Civil**), esta a regra a presidir a definição de competência entre Juízes da Comarca da Capital, rigorosamente atuando na mesma base territorial, apenas por razões funcionais, no interesse da administração do serviço judiciário, com alteração das respectivas balizas de competência. **Demanda distribuída a 1ª Vara Cível do Foro Regional do Jabaquara, ali o primeiro despacho, a ordenar a citação, em 26 de julho de 2.013 (na 8ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro sobreveio em 15 de outubro de 2.013).**".

Portanto, verifica-se que a controvérsia foi integralmente solucionada pelo Tribunal de origem, com fundamento suficiente, não estando caracterizada a ofensa ao artigo 535 do CPC/73 (art. 1.022, CPC/15), **pois não há que se confundir entre decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional**, nem fundamentação sucinta com ausência de fundamentação.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE.

1. Não há falar em ofensa ao art. 1022 do CPC/15, porquanto todas as questões fundamentais ao deslinde da controvérsia foram apreciadas pelo Tribunal a quo, sendo que não caracteriza omissão ou falta de fundamentação a mera decisão contrária ao interesse da parte, tal como na hipótese dos autos.

2. A matéria debatida pela parte recorrente encontra-se pacificada nesta Corte Superior nos termos do que decidido pelo Tribunal local, no sentido de que a presunção de veracidade da condição de hipossuficiência do postulante da assistência judiciária gratuita é relativa, e não absoluta, não acarretando o acolhimento automático do pedido. Precedentes.

3. Outrossim, a pretensão de que seja avaliada pelo Superior Tribunal de Justiça a condição econômica da parte agravante exigiria o reexame de provas, o que é vedado em sede de recurso especial, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1372130/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 20/11/2018)

3. No mérito, o Tribunal de origem consignou que "Mesma causa de pedir (contrato de prestação de serviços), regra de conexão, sobretudo a prevenir decisões conflitantes, recomenda reunir processos, para desfecho conjunto [...] Demanda distribuída a 1ª Vara Cível do Foro Regional do Jabaquara, ali o primeiro despacho, a ordenar a citação, em 26 de julho de 2.013 (na 8ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro sobreveio em 15 de outubro de 2.013)." (fls. 205/206, e-STJ), fundamentos estes não impugnados no recurso especial.

Desse modo, a subsistência de fundamentos inatacados aptos a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula 283/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.").

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL E PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, FUNDAMENTO AUTÔNOMO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPRESCINDIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. DESCABIMENTO.

1. A argumentação contida no recurso especial não possui elementos suficientes para infirmar as razões colacionadas no aresto objurgado, pois não ataca especificamente os fundamentos utilizados pelo Tribunal local para dirimir a controvérsia, o que impõe o não conhecimento da pretensão, a teor do entendimento das Súmulas 283 e 284 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação a fundamento autônomo.

2. O "plano de recuperação judicial opera uma novação sui generis e sempre sujeita a condição resolutiva, que é o eventual descumprimento do que ficou acertado no plano, circunstância que a diferencia, sobremaneira, daqueloutra, comum, prevista na lei civil". (REsp 1.333.349/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/11/2014, DJe 02/02/2015) 3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl nos EDcl no AREsp 952.727/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 17/09/2018)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. JULGAMENTO ANTECIPADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283. DECISÃO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULAS 283/STF E 7/STJ.

1. Não compete a esta Corte Superior a análise de suposta violação de normas constitucionais, ainda que com o objetivo de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência exclusiva do Supremo Tribunal

Federal.

2. É inadmissível o recurso especial que não impugna motivação do acórdão recorrido apta, por si só, a manter a conclusão a que chegou a Corte estadual (enunciado 283 da Súmula do STF).

3. A identificação de requerimento para produção de provas, cujo não atendimento propiciou o cerceamento de defesa com o julgamento antecipado do feito, não configura decisão extra petita.

4. Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide (Súmula 7 do STJ).

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1082300/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 17/09/2018)

4. Do exposto, com fundamento no art. 932, do CPC/15 c/c a súmula 568, do STJ, nego provimento ao agravo (art. 1.042, do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator